

ATA
(04/12/14)

Ao quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às dezoito horas, na Câmara de Vereadores, sito a Avenida das Flores, 675, no bairro dos Estados, realizou-se a Reunião Ordinária na presença dos seguintes conselheiros: Jone Antônio Moi, Kelli C. Dacol, Juliana Z. Buerger, Ademir C. Dickmann, Arnaldo C. Pereira, Edilson O. Ferreira, Enio Faqueti, Ana Elisa Schlickmann, Sheila S. Skonetzky, Carlos J. Haacke Júnior, Marlon Olsen, Gilmar P. Capelari e Sérgio T. Moraes. Justificou a ausência o conselheiro Moacir S. Júnior. O presidente Sr. Jone inicia a reunião colocando para apreciação e aprovação a ATA do dia 06/11/14 que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passa a palavra para Sra. Kelli que faz leitura do parecer do Edf. SKY BUSINESS de propriedade TEX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., que além dos impactos que não são passíveis de mitigação, trata-se de projeto indispensável à apreciação do ConCidades, por localizar-se em pontos urbanos estratégicos de interesse coletivo, como é o caso da Rua 11 e o trecho da Avenida Central, ambos representados pelos principais calçadões da cidade. Considerando os impactos do empreendimento; considerando a necessidade de tratamento específico; considerando a garantia do desenvolvimento das funções sociais da cidade, a relatora é contra a aprovação do empreendimento. Colocado em discussão e após questionamentos dos conselheiros, restando superados e atendidos, fica aprovado por unanimidade a rejeição do empreendimento. Encerrado o assunto. Sr. Moi faz leitura do E-mail do conselheiro Valdir referente ao pedido de retirada de pauta da relatoria do pedido de vista do E.I.V. – Edf. VINCE SQUARE por achar necessário uma vistoria IN LOCO e dizer não ter recebido a integralidade das informações solicitadas conforme ofício nº 17/14 – CONDRVA: O EIV O EIV é uma ferramenta que tem previsão legal no artigo 36 e 37 da lei federal 10.257/01 para a obtenção de licenças ou autorizações de construções, ampliações e funcionamento a cargo do poder público municipal, regulamentado pelo Plano Diretor do Município de Balneário Camboriú, Lei 2886/06. Na condição de revisor, com voto de vista do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhaça, solicito do empreendedor e da Secretaria de Planejamento Urbano os seguintes documentos: I. A qualificação mínima da equipe multidisciplinar que elaborou o EIV; II. Contrato Social, Estatuto Social ou equivalente da empresa Ampio Consultoria e Engenharia Ltda., com respectivo alvará de funcionamento no Município com Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) da empresa responsável pelo EIV, devidamente assinada pelas partes envolvidas, como termo de responsabilidade. III. Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) dos Profissionais responsáveis pelo EIV, devidamente assinada pelas partes envolvidas, eis as que juntadas estão apócrifas. IV. Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) dos técnicos responsáveis pelo EIV e representante do requerente que assinará o Termo de Compromisso; V. Contrato Social, Estatuto Social ou equivalente, do requerente, com todas as alterações; VI. Duas cópias do projeto arquitetônico que demonstre área permeável, área de estacionamento, com as respectivas vagas, e calçadas, contemplando a acessibilidade. VII. Duas cópias do EIV física e em mídia. VIII. Certidão de Polo Gerador Trafego; IX - Estudo de impacto de Trânsito - EIT -, pois, necessário para a aprovação de obras ou empreendimentos que gerem grande demanda por vagas

de estacionamento ou que gerem grandes quantidades de tráfego nos horários críticos; X. Análise do BCTTRAN, CONTRAM e Secretaria Municipal de Segurança e Incolumidade Pública sobre os impactos de trânsito apresentados Estudo de impacto de Trânsito - EIT. XI- Comprovar a publicidade dos documentos integrantes do EIV, conforme o Estatuto Da Cidade Lei n.º 10.257/2001 e no Plano Diretor Lei n. 2686/06. XII - Os originais do questionário "A" do EIV. XIII- Numerar as paginas do EIV. O conteúdo a ser abordado pelo Estudo de Impacto de Vizinhança deve se ater a realidade do Município de Balneário Camboriú - SC, em conformidade com o art. 219 da Lei 2686/06 (Plano Diretor), que assim disciplina: Art. 219 O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV deverá considerar o sistema de transportes, o meio ambiente, a infra-estrutura básica, a estrutura sócio-econômica e os padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança, além de contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, incluindo a análise, dentre outros, das seguintes questões: I - adensamento populacional; II - equipamentos urbanos e comunitários; III - uso e ocupação do solo; IV - valorização imobiliária; V - geração de tráfego e demanda por transporte público; VI - ventilação e iluminação; VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural; VIII - definição das medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos, bem como daquelas potencializadoras dos impactos positivos; IX - potencialidade de concentração de atividades similares na área; X - a potencial indução de desenvolvimento e o caráter estruturante no Município; XI - impacto sobre a habitação e sobre as atividades dos moradores e dos usuários da área de intervenção; XII - impactos no sistema de saneamento e abastecimento de água. São responsáveis solidários pelas informações, dados e demais elementos apresentados no EIV, o empreendedor e o seu respectivo responsável técnico. Este relatório complementar terá o objetivo apresentar, de forma conclusiva, quais os trechos de via em que o referido empreendimento causará impactos positivos e negativos no sistema viário e quais medidas deverão ser adotados como forma de manter os parâmetros de segurança, fluidez e conforto às condições consideradas satisfatórias. Certo de estarmos contribuindo com a gestão democrática e controle social da cidade, renovo por meio desta toda estima e admiração, rogando votos de pleno êxito a Vossa Senhoria." Colocado em discussão e após questionamentos entre os conselheiros fica aprovado pela maioria que deverá ser colocado para apreciação a relatoria da Sra. Kelli que desde janeiro vem fazendo os estudos das alterações do empreendimento; após debate fica aprovado pela maioria com abstenção do voto do Sr. Gilmar. Consta na relatoria: 1) Potencializar as medidas mitigatórias para o impacto "geração de ruídos e vibrações", durante as fases de operação e implantação do empreendimento a fim de causar menos transtorno à vizinhança. 2) Substituir a medida mitigatória da alínea b) do impacto sob número 19.2.10, constante da página 161 do E.I.V., substituindo o texto "adoção de lixeiras específicas no empreendimento para: plástico, papel, metal e vidro, facilitando a coleta seletiva" para o seguinte: adoção de lixeiras específicas no empreendimento para: orgânico e reciclável, em conformidade com os princípios da Lei Federal 12.305/2010 e com as práticas realizadas no âmbito do município de Balneário Camboriú. 3) Comprometer o empreendedor pela revitalização asfáltica das ruas de principal acesso, localizadas dentro da área de influência direta, quais sejam: trecho da Avenida dos Estados; Rua Antônio Bittencourt e Rua Miguel Matte. Conclui-se pela viabilidade da implantação do empreendimento, desde que cumpridas as medidas mitigatórias propostas no E.I.V, acrescidas das sugestões acima descritas, a serem firmadas por meio de Termo de Compromisso. Na ausência do relator principal do E.I.V. do empreendimento MENARA

"BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO"

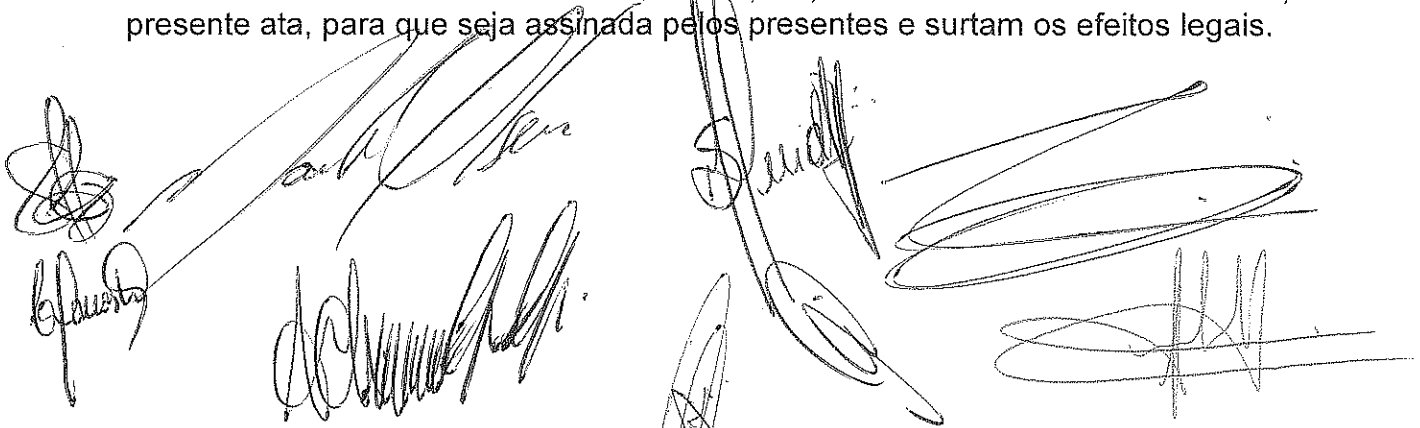
Rua Dinamarca, 320 - Paço Municipal, 2º andar, CEP: 88330-900 - Fone: (47) 3267-7033

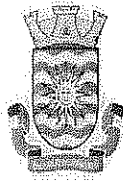
www.balneariocamboriu.sc.gov.br - e-mail: conselho.cidade@balneariocamboriusc.gov.br

MEDICAL CENTER da empresa BR SAYED EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., o mesmo ficará para próxima reunião. Sr. Moi faz leitura do ofício nº 15/14 do conselheiro Valdir – que: REFERENTE AO LOCAL DAS REUNIÕES DO CONCIDADEBC, onde o CONSELHO DA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - ConCidadesBC é "a" verdadeira instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas Sistema Nacional de Conselhos de Cidades e do Sistema Municipal de Planejamento Urbano, conforme preconiza o art. 228, da Lei 2686/2006, deliberando na forma da democracia participativa nas áreas de habitação, saneamento, segurança, ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial. O CONSELHO DA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - ConCidadesBC, conforme as competências que lhe são conferidas nos art. 231 e 232 da Lei 2686/2006 da LEI Nº 2686, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, regulamentado pelo DECRETO Nº 6945, DE 29 DE ABRIL DE 2013, que aprova seu Regimento Interno, com sua composição definida pelo DECRETO Nº 7009, 27 DE MAIO DE 2013, conforme termo de posse (doc.j). Na condição de conselheiro eleito, nomeado e empossado, e na conformidade do Decreto n. 6124/2011, que institui e cria a "CASA DOS CONSELHOS", passa ao conhecimento de V. Sas., que a mesma dispõe de espaço e agenda necessária para o bom andamento dos trabalhos do ConCidadeBC. Informamos, ainda, que a estrutura da Câmara Municipal colocada à disposição dos Conselheiros não está a contento, indo no desencontro com o Regimento Interno (Decreto 6945/2013), e demais legislação atinente à gestão democrática da cidade, e nas responsabilidades em que o encargo de conselheiro acarreta. Ocorrendo um verdadeiro desvio de finalidade das funções ConCidadeBC, e um abuso do poder por parte do legislativo municipal, em verdadeira usurpação de funções. Deficiência esta que pode facilmente ser suprida na estrutura da Casa Dos Conselhos, com devido cumprimento do regimento Interno do ConCidadeBC, notadamente em seus art. 5 e 6 (organização/estruturação), que vem sistematicamente sendo desrespeitados no tocante: • A pessoal, instalações e equipamentos adequados, junto a Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, para acesso a informação, guarda e arquivo da documentação por ele gerada e ou recebida, sob-responsabilidade da Secretaria Executiva. • A falta de estrutura de um secretário executivo, da secretaria executiva, das assessorias técnicas, da assessoria jurídica e da assessoria de comunicação, esta causando sérios prejuízos ao andamento do ConCidadeBC, o que deve ser regularizado de plano. As reuniões ocorridas na Câmara de Vereadores estão sendo pouco produtivas, pela falta de agenda e um local próprio para as reuniões, que ora são feitas na sala de reuniões e ora no plenário. Observa-se que o plenário da Câmara não tem condição nenhuma de trabalho, faltando mesas e espaço para didática e dinâmica necessária de reuniões, bem como a interferência direta dos vereadores nos trabalhos dos Conselheiros, conforme o observado na inclusão em pauta na última reunião do dia 09 de outubro de 2014, de expediente de Vereador "Ari Souza", querendo obstar apresentação de um "Projeto do Conselheiro Enio Faquetti". Informo ainda que a Lei que alterou a redação do art. 232, do Plano Diretor LEI 2686/2006 - a Lei nº 3510/2012 - tem vício de origem e não passou pelo crivo participativo da sociedade sem qualquer consulta popular, que inclui de forma irregular os seguintes parágrafos: § 2º As reuniões ordinárias do Conselho da Cidade serão públicas e convocadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência através de edital a ser publicado na imprensa oficial do Município, devendo ser comunicado também a todos os órgãos de imprensa estabelecidos em Balneário Camboriú; § 3º As reuniões extraordinárias do Conselho da Cidade serão públicas e convocadas com no mínimo 2

"BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO"

(dois) dias de antecedência através de edital a ser publicado na imprensa oficial do Município, devendo ser comunicado também a todos os órgãos de imprensa estabelecidos em Balneário Camboriú; § 4º Todas as reuniões do Conselho da Cidade deverão ser realizadas na sede do Poder Legislativo Municipal. § 5º Somente poderá votar, em Audiência Pública, sobre o Conselho da Cidade, pessoas que moram e residem na Comarca de Balneário Camboriú, devendo apresentar, no momento do voto, documento com foto e título de eleitor. § 6º Qualquer reunião realizada fora do que dispõe esta Lei, será considerada nula." Qualquer alteração no funcionamento e nas deliberações do Conselho da Cidade é alterar o PLANO DIRETOR, e esta somente se dá de acordo com a norma legal, ou seja, com participação popular, deve ser antecedida de audiência pública, fóruns, conferências, debates, etc... A Lei 3510/2012 que é de iniciativa legislativa gerou interferência direta no funcionamento do CONSELHO DA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - ConCidadeBC - e respectivamente no PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO, foi concebida sem qualquer consulta pública. A Lei 3510/2012, que alterou o PLANO DIRETOR nas atribuições do CONSELHO DA CIDADE necessitava de prévia consulta popular e sua competência é de iniciativa legislativa reservada ao chefe do Poder Executivo Municipal, e pelo princípio da simetria e separação dos Poderes, por isto padece de vício formal e fere os art. 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal, no que tange a iniciativa do processo Legislativo. A Constituição Estadual prevê expressamente a necessidade de participação de entidades comunitárias e tal premissa não pode ser desconsiderada na política municipal de desenvolvimento urbano, sob pena de afronta aos dispositivos já mencionados, como também ao princípio constitucional da participação democrática, com a pretensão de intervenção do legislativo no ConCidadeBC, ocorrendo afronta ao princípio da democracia participativa, com supedâneo nos arts. 140 e 141, III, da Constituição do Estado de Santa Catarina. Requer a mudança imediata das Reuniões do ConCidadeBC para a CASA DOS CONSELHOS, pois a obrigatoriedade das reuniões na sede do poder legislativo imposta pela Lei 3510/2012, infringe os artigos 2º; 61, § 1º, II, b; da Constituição da República; dos arts. 1º, III e IV; 5º; 8º, II; 16, caput 32; 69, § 2º, VI; 71, VI, a, 111, XII, caput e 141, III, da Constituição do Estado de Santa Catarina; e os arts. 6º e 50, III, da Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú". Colocado em votação é rejeitado por unanimidade. O conselheiro Carlos Dickmann solicita apresentação do relatório SIMPÓSIO DO RIO CAMBORIÚ. Passando a palavra para equipe do estudo do E.I.V., que faz explanação em vídeo do projeto de lei, termo de referência e metodologia de compensação e mitigação, que deverá ser debatido e apreciado pelo conselho da cidade para ser encaminhado à Câmara de Vereadores. O presidente Sr. Jone Moi encerra a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Jeovana Simone Hoeffelmann, lavrei a presente ata, para que seja assinada pelos presentes e surtam os efeitos legais.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO DA CIDADE

Reunião Ordinária

Data: 04/12/2014

Horário: 18:00 Horas

Local: Câmara de Vereadores

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária

Titular: Jone A. Moi: _____

Suplente: Jade M. Ribeiro: _____

- Emasa:

Titular: Valmir Pereira: _____

Suplente: Kelli C. Dacol: _____

- Secretaria de Obras:

Titular: Elton Garcia: _____

Suplente: Tarcísio Notari: _____

- Fundação Cultural:

Titular: Anderson Beluzzo: _____

Suplente: Juliana Z. Buerger: _____

- Procuradoria Jurídica:

Titular: Marcelo Freitas: _____

Suplente: Bruno A. Campagnolo: _____

- Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social:

Titular: Luiz Maraschin: _____

Suplente: Orlando Uliano: _____

- Secretaria de Turismo:

Titular: Ademar Schneider: _____

Suplente: Ademir C. Dickmann: _____

- **Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública:**

Titular: Edemir Meister: _____

Suplente: Maurício S. Dos Santos: _____

- **Secretaria do Meio Ambiente:**

Titular: Osnilda Amorim: _____

Suplente: Arnaldo C. Pereira: _____

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E

POPULARES

- **Conseg – BC / Conseg Barra Norte**

Titular: Edilson de O. Ferreira: _____

Suplente: Luiz H. Nührich: _____

- **Lions Clube Centro / Igreja Luterana:**

Titular: Valdir de Andrade: _____

Suplente: Edson Kratz: _____

- **Comitê Rio Camboriú / AMOCENTRO:**

Titular: Enio Faqueti: _____

Suplente: Rafael M. da Silva: _____

- **Assoc. AME / Quilombola**

Titular: Claudinéia da C. Wolff: _____

Suplente: Ana Elisa Schlickmann: _____

- **ASAPREV / Assoc. das Donas de Casa:**

Titular: Ivo Buzarello: _____

Suplente: Angelina Schneier: _____

- **Associação AMPE / Assoc. 4ª Av.:**

Titular: Sheila S. Skonetzky: _____

Suplente: Jocarha M. Hannibal: _____

REPRESENTANTES PELO SEGMENTO DOS TRABALHADORES

- **SECOVELAR / SITICOM - BC:**

Titular: Pedro Paulo K. Nunes: _____

Suplente: Paulo S. Dornelles: _____

- SISEMBC / SECBC :

Titular: Moacir S. Júnior: _____

Suplente: Rafael F. De Souza: _____

REPRESENTANTES PELO SEGMENTO DA ÁREA EMPRESARIAL

- SINDUSCON / SECOVI:

Titular: Carlos J. Haacke Júnior: _____

Suplente: Antônio J. Moreira: _____

- ACIBC / ACIBALC

Titular: Marlon Olsen: _____

Suplente: Fernando Baumann: _____

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS

- OAB- BC / UFSC:

Titular: Gilmar P. Capelari: _____

Suplente: Sérgio T. Moraes: _____

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

- NAHC / IDEIA:

Titular: Eloísa Weydmann: _____

Suplente: Carlos A. dos Santos: _____

Outros Participantes:

Nome

Entidade
